



## TEXTO 02

### A DEMOCRACIA

Humberto Maturana  
(1993)

*Do livro *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano*, de Humberto Maturana e Gerda Verden-Zoller (1993). Trata-se de uma seção da primeira parte do livro, intitulada *Conversações matrísticas e patriarcais*, escrita por Maturana.*

#### **Advertência**

*O termo “matrístico” é usado aqui com o propósito de conotar uma situação cultural na qual a mulher tem uma presença mística, que implica a coerência sistêmica acolhedora e liberadora do maternal fora do autoritário e do hierárquico. A palavra “matrístico”, portanto, é o contrário de “matriarcal”, que significa o mesmo que o termo “patriarcal”, numa cultura na qual as mulheres têm o papel dominante. Em outras*

*palavras, a expressão “matrística” é aqui usada intencionalmente, para designar uma cultura na qual homens e mulheres podem participar de um modo de vida centrado em uma cooperação não-hierárquica. Tal ocorre precisamente porque a figura feminina representa a consciência não-hierárquica do mundo natural a que nós, seres humanos, pertencemos, numa relação de participação e confiança, e não de controle e autoridade, e na qual a vida cotidiana é vivida numa coerência não-hierárquica com todos os seres vivos, mesmo na relação predador-presa.*

AS CULTURAS são sistemas essencialmente conservadores. Alguém se torna membro de uma cultura seja ao nascer nela, seja ao incorporar-se a ela como jovem ou adulto, no processo de aprender a rede de conversações que a constitui, participando dessas mesmas conversações ao longo do viver como membro dessa cultura. As crianças ou os adultos recém-chegados que não entrem em tal processo não se tornam membros da cultura; são expelidos, excluídos ou aceitos como residentes estrangeiros. Uma cultura é, de modo inerente, um sistema homeostático para a rede de conversações que a define. E a mudança cultural em geral não é fácil – não o é, sobretudo, em nossa cultura patriarcal, que é constitutivamente um domínio de conversações que gera e justifica, explicitamente, ações destrutivas contra aqueles que direta ou indiretamente a negam com sua conduta. É em relação a essa dinâmica conservadora do patriarcado que a origem da democracia constitui um caso peculiar de mudança cultural, já que ela surge em meio a este como uma ruptura súbita das conversações de hierarquia, autoridade e dominação que o definem. Reflitamos sobre o que pode ter acontecido.

## 1 – Origem

Falemos da origem da democracia, segundo minha proposição. A oposição entre uma infância matrística e uma vida adulta patriarcal – que está no fundamento de nossa vida patriarcal europeia – se manifesta em nós, adultos, por uma nostalgia inconsciente da dignidade inocente e direta de nossa infância. Essa nostalgia constitui em nós uma disposição operacional sempre presente, que toma a forma de um desejo recorrente e inconsciente de viver na coexistência fácil que surge do respeito mútuo, sem a luta nem o esforço contínuos pela dominação do outro que são próprios da cultura patriarcal. Ela é um aspecto remanescente de nosso emocional infantil matrístico (\*).

Acredito que essa nostalgia pelo respeito recíproco constitui o fundamento emocional do qual surgiu a democracia na Grécia, como uma cunha que abriu uma fenda em nossa cultura patriarcal. Por meio dessa abertura pôde emergir novamente, em nossa vida adulta, o emocional infantil matrístico que estava oculto. Ao mesmo tempo, também creio que é precisamente a natureza matrística do emocional que dá origem à democracia, o que desencadeia a oposição que a ela faz o patriarcado. Minha proposição a respeito disso é a seguinte.

A democracia surgiu na praça do mercado das cidades-Estado gregas, a Ágora, enquanto os cidadãos conversavam sobre os assuntos de sua comunidade e como resultado de suas conversações sobre tais assuntos. Os cidadãos gregos eram gente patriarcal, no momento em que a democracia começou a lhes acontecer de fato como um aspecto da práxis de sua vida cotidiana. Sem dúvida conheciam-se desde crianças e tratavam-se como iguais. Não há dúvida de que todos eles estavam

pessoalmente preocupados com os assuntos da comunidade, sobre os quais falavam e discutiam. Desse modo, falar livremente sobre os assuntos comunitários na *Ágora*, como se estes fossem questões legitimamente acessíveis ao exame de todos, seguramente começou como um acontecimento espontâneo e fácil para os cidadãos gregos.

Contudo, conforme esses cidadãos principiaram a falar dos assuntos da comunidade como se estes fossem igualmente acessíveis a todos, tais assuntos se transformaram em entidades que podiam ser observadas, e sobre as quais era possível agir como se tivessem existência objetiva num domínio independente. Isto é: como se eles fossem “públicos” e por isso não apropriáveis pelo rei.

O encontrar-se na *Ágora*, ou na praça do mercado, tornando públicos os assuntos da comunidade ao conversar sobre eles, transformou-se numa forma cotidiana de viver em algumas das cidades-Estado gregas. Nesse processo o emocional dos cidadãos mudou, quando a nostalgia matrística fundamental pela dignidade do respeito mútuo, própria da infância, foi de fato satisfeita espontaneamente na operacionalidade dessas mesmas conversações. Além disso, à medida que esse hábito de tornar públicos os assuntos comunitários – de uma forma que os excluía constitutivamente da apropriação pelo rei – se estabeleceu por meio das conversações que os tornaram públicos, o ofício real acabou tornando-se irrelevante e indesejável.

Como consequência, em algumas cidades-Estado gregas os cidadãos reconheceram essa maneira de viver por meio de um ato declaratório. Este aboliu a monarquia e a substituiu pela participação direta de todos os cidadãos num governo que manteve a natureza pública dos assuntos da

comunidade implícita nessa mesma maneira cotidiana de viver. Isso se deu mediante uma declaração que, como processo, era parte dessa forma de vida. Em tal declaração, a democracia nasceu como uma rede combinada de conversações que:

a) efetivava o Estado como uma forma de coexistência comunitária, na qual nenhuma pessoa ou grupo podia apropriar-se dos assuntos da comunidade. Estes eram sempre mantidos visíveis e acessíveis à análise, exame, consideração, opinião e ação responsável de todos os cidadãos que constituíam a comunidade que era o Estado;

b) tornava a tarefa de decidir sobre os diferentes assuntos do Estado uma responsabilidade direta ou indireta de todos os cidadãos;

c) coordenava as ações que asseguravam que todas as tarefas administrativas do Estado fossem atribuídas de modo transitório, por meio de um processo eleitoral em que cada cidadão tinha de participar, num ato de responsabilidade fundamental. O fato de que numa cidade-estado como Atenas nem todos os habitantes eram originalmente cidadãos – só o eram os proprietários de terras – não altera a natureza fundamental do acordo de coexistência comunitária democrática, como ruptura básica das conversações autoritárias e hierárquicas de nossa cultura patriarcal europeia. Talvez essa situação discriminatória entre os habitantes da cidade-estado tenha sido uma condição que possibilitou o aparecimento institucional da democracia. Esta surgiu, aparentemente, só como uma reordenação das relações de autoridade, que conservava as dimensões hierárquicas do patriarcado de um modo que ocultava tanto sua inspiração constitutivamente matrística quanto sua operacionalidade inerentemente antipatriarcal.

Com efeito, a democracia é uma ruptura na coerência das conversações patriarcais, embora não as negue de todo. Isso se torna evidente, por um lado, na longa luta histórica pela manutenção da instituição democrática – ou para estabelecê-la em novos lugares – contra o esforço recorrente pela reinstalação, em sua totalidade, das conversações que constituem o Estado autoritário patriarcal. De outra parte, essa evidência surge na longa luta pela ampliação do âmbito da cidadania e, portanto, pela participação no modo de vida democrático de todos os seres humanos que ficaram de fora dele em sua origem.

Ademais, o fato de que a democracia surja sob uma inspiração matrística – mesmo quando não recupera completamente o modo de vida matrístico – é evidente em sua operacionalidade de respeito mútuo. Este cria uma forma sistêmica de pensar mediante a aceitação dos outros, pois nega e se opõe à apropriação dos assuntos da comunidade por qualquer indivíduo isolado e por qualquer classe ou grupo de pessoas.

Ao surgir, a democracia não negou de todo o patriarcado. Apesar da contínua pressão patriarcal para negá-la e voltar à total patriarcalidade, o modo de pensar implícito na democracia se expandira a todos os domínios das relações humanas, às emoções, ações e reflexões. Criaram-se espaços nos quais o acordo, a cooperação, a reflexão e a compreensão substituíram a autoridade, o controle e a obediência como formas de coexistência humana. Isso ocorreu em todos os domínios da coexistência humana? Sim, dentro dos limites da contradição básica de nossa cultura patriarcal europeia. Com efeito, em seu modo de constituição a democracia é uma forma de viver que considero neomatrística.

No entanto, como nem todas as formas de patriarcado têm um núcleo cultural matrístico na infância, nem todas elas incluem um fundo de conversações matrísticas que permitam um emocional adulto, no qual as conversações democráticas podem ser vividas como algo que faz sentido como um modo naturalmente legítimo de coexistência. Tal acontece, por exemplo, nas formas patriarcais mais puras, como aquelas dos povos que vivem sob as diferentes ramificações da religião muçulmana. As pessoas que cresceram originalmente no seio das conversações patriarcais muçulmanas devem primeiro modificar algumas dimensões de seu espaço convencional e orientá-las de modo matrístico, para que as conversações democráticas façam sentido para elas como geradoras de um espaço de coexistência legítimo e desejável.

## **2 – Ciência e Filosofia**

Quando os assuntos da comunidade passaram a ser públicos nas cidades-Estado gregas, e quando falar deles se tornou parte do viver cotidiano, o emocional que torna possível o pensamento objetivo – isto é, o modo de pensar que trata os objetos que surgem na experiência do observador como se eles fossem entidades e processos com existência independente de suas ações – transformou-se no ponto de partida para duas formas diferentes de pensar e lidar com o mundo da experiência: a ciência e a filosofia, especificamente. Essas duas maneiras de pensar e lidar com os fenômenos da experiência diferem segundo aquilo que alguém pretende fazer, em suas relações, ao falar delas.

Na cultura matrística – na qual a ordem das relações humanas não se fundamenta em relacionamentos de autoridade e obediência -, os objetos são o que são na relação em que surgem ao ser percebidos. Na cultura patriarcal – em que a ordem nas relações humanas se baseia na autoridade e na obediência -, os objetos são o que são segundo a autoridade de seu criador, ou seja, existem por si mesmos. Em nenhuma dessas duas culturas, todavia, as conversações objetivadoras são parte da maneira normal de viver. Com a objetivação dos assuntos da comunidade, que faz surgir a democracia na praça do mercado das cidades-Estado gregas, a prática da objetivação chega a ser uma característica de muitas conversações diferentes, pelo menos entre os cidadãos. Ela abre a possibilidade de argumentar sobre outros aspectos da vida cotidiana em termos de objetos. Mas não é só isso que acontece.

As duas maneiras de relacionar-se na ação, próprias dos aspectos matrísticos e patriarcais de nossa cultura patriarcal europeia, começam a participar de modo diferente na objetivação. Assim, na disposição matrística os objetos e processos existem na relação que os constitui na distinção – eles são o que são segundo o modo como são usados. Nessa disposição, os objetos não têm identidade própria a impor. Como eles surgem como distinções numa comunidade não centrada na autoridade, é o acordo – ou o consenso comunitário em relação a algum propósito comum, ou à alguma dimensão da convivência – que decide de fato o que será o processo ou o objeto distinguido, não estes em si mesmos.

Isto é, segundo o pensar matrístico – que se origina ao surgir a objetivação que leva à democracia -, as propriedades e características dos objetos e processos aparecem como relações constituintes que surgem em sua

distinção. Nesse modo de pensar, é a participação no conviver que confere aos objetos e processos a sua existência. Isso leva a uma validação operacional, que possibilita que a reflexão e a explicação científica sejam vistas como formas sistêmicas de dar conta da vida cotidiana.

Por outro lado, segundo o aspecto patriarcal do modo objetivo de pensar que surge com a democracia, é a autoridade que manda e determina. Os objetos e processos distinguidos são o que são por si mesmos e constituem uma autoridade para tudo o que tenha a ver com eles, com base no funcionamento de suas propriedades e características intrínsecas.

Como resultado, segundo esse modo de pensar, o controle, o poder e a obediência devem prevalecer a qualquer custo. E assim surgem princípios explicativos transcendentais, que, como meios de dominação pela razão, dão origem ao modo filosófico linear de explicar, fundamentado em verdades inegáveis. Na disposição matrística – e, portanto, na democracia como um domínio neomatrístico – conserva-se o respeito mútuo; na disposição patriarcal – e, portanto, na conservação da hierarquia e da autoridade – mantêm-se o poder, a subordinação e a obediência.

Creio que os cidadãos gregos faziam entre si estas reflexões, quando a democracia começou a acontecer em seu cotidiano. Afirmo que seu emocionar se movia dessa maneira e que, como resultado dele, surgiram as duas maneiras de argumentar que hoje ainda verificamos entre os homens de ciência e filosofia. Além disso, também sustento que, como consequência do emocionar diferente que implicam essas duas formas de argumentar, resultou o estabelecimento dos dois domínios basicamente diversos que são a ciência e a filosofia como âmbitos explicativos. Ou seja: o domínio das ações da ciência como âmbito de explicações válidas pela

coerência das experiências do cientista, e o domínio das ações da filosofia como âmbito de explicações validadas por sua coerência, com a conservação dos princípios básicos sustentados pelo filósofo.

Diante do exposto, é evidente que acredito que a prática do pensamento objetivo surgiu com a democracia, inicialmente imerso no caráter autoritário de nossa cultura patriarcal europeia ainda presente. E tanto permaneceu assim, normativo, que ainda se mantém normativo na política, no seio da vida democrática e em muitos outros aspectos da vida fora dela. Constitui o modo de pensar ideológico e a forma filosófica de explicar. Como resultado, o que predomina desde o começo do pensamento europeu moderno, com a origem da democracia grega, é o uso normativo de teorias filosóficas que dão conta da experiência humana por meio de princípios explicativos. Estes são julgados como transcendentemente válidos a priori, ou pelo uso da razão sob a forma de teorias filosóficas de caráter político, moral ou religioso, fundamentadas em verdades aceitas a priori como evidentes e inegáveis.

Desde então, são múltiplas as noções básicas e os princípios explicativos distintos que têm sido usados em muitas teorias filosóficas diferentes, como noções e princípios que são tratados como se revelassem características cognoscíveis, objetivas e inegáveis de uma realidade transcendente. É como se elas existissem independentemente do que faz o observador e fossem usadas como fundamento para tudo. A água, o fogo, o movimento, a matéria, a mente, a consciência... e muitas outras noções têm sido utilizadas dessa maneira, ao longo da história do patriarcado europeu.

O pensamento matrístico está na base da objetivação não normativa que constitui o fundamento do modo científico de explicar. Não se desenvolveu inicialmente nesta história, ou só o fez de maneira parcial, formando pequenas áreas isoladas de sistemas explicativos de validação operacional, que permaneceram subordinadas às normas de doutrinas filosóficas que pretenderam incluí-las e validá-las. Com efeito, embora a possibilidade da ciência como uma forma relacional de reflexão e explicação surja com a democracia, ela não se desenvolve propriamente até muito mais tarde, na história da cultura patriarcal europeia. E quando a ciência de fato se desenvolve, ela o faz de uma maneira fundamentalmente contraditória com o pensamento patriarcal, que sempre pretende ou usá-la de maneira normativa ou subordiná-la à filosofia.

Em outras palavras, a ciência e a filosofia como modos diversos de lidar com o objeto surgem junto com a democracia, no processo que dá origem ao emoção da objetivação. Contudo, como tanto a democracia quanto a ciência são rupturas matrísticas da rede de conversações patriarcais, ambas enfrentam uma contínua oposição patriarcal. Esta as destrói totalmente, ou as distorce, submergindo-as numa classe de formalismo filosófico hierárquico.

### **3 – A Democracia hoje**

Vivemos hoje um momento da história da humanidade no qual, de uma maneira ou de outra, muitas nações declararam a democracia como sua forma preferida de governo. Contudo, a atual prática da democracia como

uma coexistência neomatrística responsável, no respeito mútuo e no respeito à natureza que implica a sua realização, permanece em muitas das nações como um mero desejo literário, ou só é realizada de modo parcial. Isso se deve à sua negação direta ou indireta, por meio de uma longa história política de conversações recorrentes de apropriação, hierarquia, dominação, guerra e controle.

Vejamos algumas das formas mais frequentemente adotadas por essas conversações recorrentes que negam a democracia.

a) Conversações que confundem a democracia como um modo eleitoral de conseguir o “poder político”. O emocional básico sob o qual ocorrem tais conversações é o desejo, aberto ou oculto, de dominação ou controle do comportamento dos outros, com o fim de satisfazer a uma vontade privada de autoridade e apropriação. Conversações dessa classe escondem o fato de que aquilo que numa cultura patriarcal se chama poder acontece na obediência do outro, mediante a submissão obtida pela coerção. Além disso, tal coerção ocorre disfarçada, sob argumentos que afirmam que o poder é uma propriedade ou dom daqueles que a exercem por meio das ações de seus adeptos, de tal forma que oculta a coerção por eles praticada. A democracia não opera como poder, autoridade ou exigências de obediência. Muito ao contrário, ela se realiza por meio de condutas que surgem de conversações de co-inspiração que geram cooperação, consenso e acordos.

b) Conversações que negam a alguns de seus membros o livre acesso à observação, exame, opinião ou ação em relação aos assuntos da comunidade. Fazem isso argumentando que tais membros excluídos são intrinsecamente incapazes de ter uma participação adequada em tais

assuntos. A emoção fundamental implícita em conversações de exclusão diferencial desse tipo é a preferência patriarcal por relações de hierarquia e controle do funcionamento de uma comunidade humana. Tais preferências em geral se ocultam sob algum argumento de justiça ou direito, validado mediante referências a algum sistema de noções e princípios tratados como transcendentemente válidos. Entretanto, devido à sua forma de constituição, não há nem pode haver nenhuma justificativa transcendental para a democracia. Ela é uma forma de viver em comunidade que surge – quando é de fato adotada – na forma de um acordo social aberto, que provém de uma nostalgia ou desejo profundo de recuperar a vida matrística como um viver no respeito mútuo e no autorrespeito.

c) Conversações que justificam a negação do acesso aos meios básicos de subsistência a alguns membros da comunidade, mediante argumentos que afirmam a legitimidade da competição num mundo aberto à livre empresa. Em nossa cultura patriarcal, o emocional fundamental envolvido nessas conversações é o da inimizade que surge com o desejo de apropriação. A inimizade, a interferência ativa no acesso que outro ser vivo poderia normalmente ter a seus meios de subsistência, é uma característica de nossa cultura patriarcal. Que a justifica com argumentos que fazem da apropriação do mundo natural uma virtude ou, ainda, um direito transcendental. Num viver democrático, a cooperação, o compartilhamento e a participação fazem parte do emocional básico, e a ação a que conduz tal emocional ante a escassez é a distribuição participativa, não a apropriação. Desse modo, qualquer argumento que justifique a apropriação é restritivo, ou interfere no acesso aos meios de

vida de alguns dos membros de uma comunidade democrática, destruindo assim a democracia nessa comunidade.

d) Conversações que validam a oposição entre os direitos do indivíduo e os da comunidade, sob o argumento de que aquele e esta se negam mutuamente por meio de um conflito de interesses. O emocional fundamental implícito nessas conversações é a apropriação e a inimizade, sob a afirmação de que a individualidade humana se constitui numa dinâmica de oposições, em que cada indivíduo surge mediante um processo de diferenciação ativa do outro. Mas o indivíduo humano não provém de uma dinâmica de oposições e sim, ao contrário, no desenvolvimento do autorrespeito e da dignidade, que acontecem pela confiança e respeito mútuos. Isso se dá num âmbito próprio da vida matrística da infância, na qual ele se transformou tanto num ser individual quanto num ser social. Em consequência, a coexistência democrática não surge, na história europeia, do desejo de satisfazer interesses comuns, mas da nostalgia da aceitação e do respeito mútuos. Com outras palavras, segundo o que sustento, o viver democrático não aparece como um mecanismo que permite resolver conflitos de interesse. Ele surge como intenção de realizar um modo neomatrístico de convivência, na constituição do Estado democrático como um projeto comum. A democracia não é uma solução. É um ato poético, que define um ponto de partida para uma vida adulta neomatrística, porque é a constituição – por declaração – de um Estado como sistema de convivência, um sistema social humano, um âmbito de respeito recíproco, cooperação e co-participação, coextensivo com uma comunidade humana regida ou realizada por tal declaração.

e) Conversações que afirmam a necessidade de ordem e estabilidade para assegurar a livre empresa e a livre competição, com o argumento de que estas é que levam ao progresso social, na suposição implícita de que, com a noção de progresso, se conota algo que é um valor em si. Em nossa cultura patriarcal, o emocional fundamental em relação à noção de progresso é próprio dos desejos de apropriação ou autoridade, implícitos nas conversações de hierarquia, crescimento, controle e subordinação. Todavia, o controle dos outros, a obediência sob as relações hierárquicas que se mantêm pela coerção e o crescimento como uma acumulação de bem-estar pela apropriação dos meios de vida dos outros, são ações que mantêm a exclusão e geram miséria material, depredação ambiental e sofrimento. Isso acontece porque tais circunstâncias são dinâmicas de negação recorrente dos fundamentos matrísticos de nossa infância ocidental e, mais profundamente, de nossa constituição como seres humanos. São, pois, intrinsecamente negadoras do respeito mútuo e do autorrespeito constitutivos do viver democrático. Além do mais, essa maneira de viver, no contínuo jogo da competição e da demanda de estabilidade, faz da educação um instrumento de criação de meninos e meninas patriarcais. Eles viverão em contradição emocional, pois o farão tanto na contínua negação da democracia como modo de coexistência humana, quanto na permanente nostalgia da recuperação de seus fundamentos matrísticos.

f) Conversações de poder, controle e confrontação, na defesa da democracia ou para resolver as dificuldades que surgem ao vivermos nela, em vez de conversações de reflexão, acordo e responsabilidade em relação ao propósito comum que a fundamenta. O emocional que faz surgir essas conversações implica a perda da confiança no outro, junto

com o desejo de segurança e proteção garantidos por uma autoridade amiga e forte que o controle. Tal ocorre numa forma de coexistência na qual cada desacordo é vivido como uma ameaça, que tem de ser encarada por meio da guerra e da negação dos outros; ou na qual cada dificuldade é vivida como um problema que tem de ser resolvido pela luta, e na qual cada oportunidade para uma nova ação aparece como um desafio que tem de ser vivido como um confronto. Essa classe de conversações nega a democracia, de fato ou por inspiração, ao destruir o respeito mútuo fundamental que torna possível a co-inspiração para a convivência em respeito recíproco que a constitui.

g) Conversações que louvam as relações hierárquicas, de autoridade e obediência como virtudes que asseguram a ordem nas relações humanas. Conversações dessa espécie garantem uma divisão hierárquica das atividades humanas e sustentam os privilégios sem o uso da força. O emocionar que lhes dá origem é o desejo de manter e assegurar o controle dos privilégios apropriados. Tais conversações restringem o acesso que todos os membros de uma comunidade democrática deveriam ter aos assuntos comunitários, e o concedem como privilégio apenas a alguns. Elas destroem a democracia pela negação de seus fundamentos.

h) Conversações que apresentam todos os desacordos numa comunidade democrática como lutas pelo poder, argumentando que a democracia é uma oportunidade para que todas as forças sociais participem de tais lutas. Nessas conversações, o emocionar fundamental se dá por meio do desejo de controle e dominação, sob o qual vivemos o nosso ser adulto em nossa cultura patriarcal europeia. Nesse emocionar, vivemos todos os desacordos como ameaças à nossa identidade. Não os respeitamos como

expressão de uma diversidade legítima de co-inspiradores para uma vida na democracia. Conversações desse tipo obscurecem o propósito comum da vida democrática, e cedo ou tarde a negam em sua totalidade.

i) Conversações de competição e criatividade, que afirmam que o progresso é uma característica necessária da vida humana e também a escalada na dominação da natureza e o controle da vida. Em tais conversações, o emocional fundamental é a cobiça, o desejo pela apropriação e controle. As conversações de competição e criatividade negam o outro, seja de modo direto, no ato de competir, ou indiretamente, quando afirmam que ele carece da criatividade básica, necessária numa sociedade que só sobrevive por meio de uma interminável busca de novidades. Tais conversações negam a democracia, ao negar o outro em sua total legitimidade, ao desvalorizar a harmonia do viver que surge na consensualidade e ao louvar as diferenças que se manifestam na luta contínua.

j) Conversações de urgência e impaciência, que exigem ação imediata e que, sob o argumento da desconfiança, tentam impor uma visão particular antes que esta seja submetida à reflexão pública. Tais conversações surgem do desejo de controle e certeza a qualquer custo, e são apresentadas sob os argumentos de direito e justiça. Destroem qualquer espaço para conversações de co-inspiração, limitando a possibilidade seja de qual for o acordo que possa levar à compreensão e à ação democrática. As conversações que implicam desconfiança dão-lhe origem e destroem a democracia ao tornar possíveis ações autoritárias.

A democracia é uma ruptura em nossa cultura patriarcal europeia. Emerge de nossa nostalgia matrística da vida em respeito mútuo e dignidade, que

são negadas pela vida centrada na apropriação, autoridade e controle. Desse modo, a democracia é uma obra de arte, um sistema artificial de convivência conscientemente gerado, que só pode existir por meio das ações propositivas que lhe dão origem como uma co-inspiração numa comunidade humana. Contudo, ao nos darmos conta da não-racionalidade constitutiva da democracia como produto de uma co-inspiração social matrística, procuramos dar-lhe uma justificação racional. E argumentamos empregando princípios transcendentais de justiça e direito, que julgamos universalmente válidos precisamente por meio dessa mesma argumentação racional.

Além do mais, nossos argumentos racionais falharam, ao não convencer os que não aceitavam a priori os fundamentos matrísticos não-racionais de nossa argumentação e que, portanto, não precisavam deles. Por isso, temos feito somente a outra coisa que sabemos fazer em nossa cultura patriarcal. Isto é, temos recorrido ao uso da força, com base em teorias filosóficas que justificam seu uso para o bem comum. Mas a força também tem fracassado no propósito de criar uma convivência democrática. E sempre falhará, porque nega de modo constitutivo as conversações de confiança, respeito mútuo, autorrespeito e dignidade que devemos viver se quisermos uma vida democrática. Mas isso não é tudo.

A democracia não é um produto da razão humana: é uma obra de arte, uma produção de nosso emocionar. É uma forma diferente de viver segundo o desejo neomatrístico de uma convivência humana dignificada na estética do respeito recíproco. O que dificulta o viver democrático, no meio de uma cultura patriarcal que a nega continuamente, é que as pessoas que querem viver a democracia são patriarcais por origem.

É precisamente por isso que elas não entendem que a democracia não tem justificativas transcendentais: ela é na verdade artificial, é um produto da co-inspiração. As pessoas acreditam que, uma vez estabilizada, a democracia pode ser defendida racionalmente por meio do uso de noções como direitos humanos – como se estes tivessem validade universal transcendente -, sem perceber que também eles são obras de arte arbitrárias. Como uma forma de coexistência matrística em meio a uma cultura patriarcal que a ela se opõe e constitutivamente a nega, a democracia não pode ser estabilizada nem defendida: só pode ser vivida. A defesa da democracia – com efeito, a defesa de qualquer sistema político – conduz necessariamente à tirania.

Portanto, tudo o que podemos fazer, se de fato quisermos viver em democracia, é viver de acordo com ela no processo de gerar acordos públicos para todas as ações que desejarmos que nela ocorram – e fazer isso enquanto vivermos segundo os acordos públicos que a originam e constituem. Viver em democracia é um ato de responsabilidade pública, que surge de um desejo de viver tanto na dignidade individual quanto na legitimidade social que ela implica como forma matrística de vida. E falhamos em nosso propósito, quando não realizamos essa maneira de viver enquanto afirmamos que queremos viver nela.